

Sandra denuncia manipulação na Sistematização

Segundo ela, anteprojeto do relator não respeita decisões das Comissões da Constituinte

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) denunciou ontem a manipulação dos relatórios das Comissões Temáticas por assessores do PMDB que auxiliaram o deputado Bernardo Cabral a elaborar o primeiro anteprojeto da nova Carta. Segundo ela, a definição de empresa nacional aprovada pela Comissão da Ordem Econômica foi substituída por um texto que havia sido rejeitado pela Comissão de Ciência e Tecnologia e as emendas que ela apresentou para corrigir o que considerou "uma falha" foram recusadas por "má fé" dos mesmos assessores.

Sandra Cavalcanti disse que há outros dispositivos alterados por conta própria pelos assessores do PMDB e, a fim de evitar essa manipulação, o PFL dará entrada hoje com recurso junto ao presidente da Comissão de Sistematização, professor Afonso Arinos. A deputada teve sua denúncia apoiada pelo deputado Francisco Pinto (PMDB-BA), que constou outros dispositivos manipulados. Para o senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB, "não houve má fé nessas alterações".

EUGENIO NOVAS



Sandra explicou a Virgílio Távora que o erro foi dos sistematizadores



Arinos se nega a comentar as denúncias

Sandra: Fraudaram minha emenda

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) denunciou ter havido "má fé" na definição do mérito das 5.640 emendas apresentadas ao anteprojeto constitucional elaborado pelo relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e seus auxiliares e assessores. Citou como exemplo emenda de sua autoria que buscava alertar o relator de que havia sido modificado o texto do artigo 307 (ver o quadro abaixo) que dispõe sobre a definição de empresa nacional, e que foi rejeitada por ter sido considerada como uma proposta de mérito.

Segundo a constituinte, inicialmente ela acreditou ter ocorrido algum engano na elaboração do anteprojeto, pois o texto que figurava era o de uma emenda rejeitada na comissão da Ordem Econômica, e não a proposição aprovada pelo órgão temático. Com a rejeição da sua proposta, que levou o número 5367/2, Sandra Cavalcanti decidiu reagir, pois descobriu em conversas com outros parlamentares a existência de outros enganos. "Eu nem entrei no mérito. Minha emenda era compatibilizadora" — justificou a deputada — "mas essa emenda foi considerada de mérito, o que revela má fé".

Ela denunciou ainda a existência de outros trezentos artigos no texto do anteprojeto que sofreram modificações em relação ao que foi aprovado nas subcomissões e comissões temáticas. Ela e vinte outros parlamentares do PFL, PDS, FDC, PTB e PMDB prometem entregar até as doze horas de hoje ao presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), recursos de reclamações sobre algumas centenas de emendas incompatibilizadoras que fo-

ram rejeitadas por terem sido consideradas como de mérito pelo relator, deputado Bernardo Cabral, e seus assessores. A parlamentar garantiu estar de posse das emendas que sofreram alterações, mas que não poderia fornecê-las, "pois não vou gastar minha munição" antes de entregar o recurso. Pela manhã, no programa Bom Dia Brasil, da TV Globo, a deputada denunciou que os assessores parlamentares dos relatores adjuntos "consideraram como emendas de mérito, ou seja, daquelas que não devem entrar nesta fase, a correção de algumas coisas muito esquisitas. Eu não chamaria de falsificação deliberada, a não ser se tivesse continuado o sistema. Mas como eles mudaram de rumo, tudo bem".

Ainda durante o programa televisivo, ela fez outras críticas à assessoria do relator da Constituinte. Aproveitou também para condenar o acordo de lideranças dizendo que ele havia sido realizado "para poder calar uma etapa desnecessária". Entretanto, salientou que "da maneira como estavam as coisas, o anteprojeto, que foi divulgado com seus 501 artigos, praticamente ia voltar igualzinho. Porque os assessores dos relatores, os principais, não só os assessores parlamentares, mas os assessores dos assessores que foram os que fizeram o trabalho, resolveram que era de mérito, por exemplo, você suprimir uma expressão absolutamente desnecessária. Você com uma emenda supressiva enxugou o texto, algumas coisas que estão entrando no folclore nacional".

Tamanha foi a recuperação na Constituinte de suas declarações, que Sandra Cavalcanti, durante

mais de uma hora reuniu-se com Afonso Arinos, no início da tarde, para traçar sua estratégia de conduta.

A tarde, quando foi encontrada em seu gabinete pelo CORREIO, a deputada, que acabara de chegar de uma reunião com diversos parlamentares de seu partido, não escondeu sua preocupação com o ocorrido e denunciou o comportamento dos relatores adjuntos que, na disputa de poder com os relatores de campo, grupo ao qual pertencia a deputada, determinaram o fechamento do Prodasen aos demais parlamentares.

Segundo a parlamentar, o texto aprovado na Comissão de Ordem Econômica é que deve figurar na Constituição, argumentando ser ele produtor de riquezas e fator de novos empregos. Explicou que o artigo na forma como estava concebido no anteprojeto de Cabral seria prejudicial à economia do País. Como exemplo, citou que os automóveis fabricados pela Fiat em Betim, Minas Gerais, ao chegarem ao país do porto para serem exportados teriam de sair do País com a denominação de fabricados na Itália, porque a Fiat é uma companhia italiana, apesar da unidade produtora estar no Brasil.

Chico Pinto revela que há manipulação

Depois de considerar muito grave a denúncia de fraude no texto do anteprojeto da Constituinte, feita pela deputada Sandra Cavalcanti, o deputado Chico Pinto (PMDB-BA) revelou ontem que ele próprio constatou alguma manipulação, o que reforça a posição da autora da denúncia. Foi no caso da Informática, cujo texto está diferente do aprovado na comissão temática, trocando a palavra decidir por referendar, como atribuição do Congresso Nacional.

Lembrou Ico Pinto que apenas quando há conflito o relator poderá mudar o texto para lhe dar forma; do contrário, terá obrigatoriamente de copiar o aprovado nas comissões temáticas. Esse era o caso da informática, comentou. O deputado acha legítimo que qualquer setor dê opinião e até pressione os constituintes, mas não admite atuação. No sentido de "articular votos em favor de teses estranhas ao Assembleia, só do interesse do Palácio do Planalto".

Também o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) considerou grave a denúncia da deputada Sandra Cavalcanti e cobrou a apuração, certo de que se a fraude está ocorrendo "foi configurado um crime de falsidade ideológica num documento público de capital importância para o País". O primeiro vice-líder do

PMDB, deputado Ibsen Pinheiro não sabia da denúncia e por isso se dispensou de comentá-la. Mas três deputados do grupo progressista trataram o assunto com ironia. Para Cristina Tavares (PMDB-PE), a própria eleição de Sandra Cavalcanti consumou a fraude. Mas na sua opinião, pior é oferecer cargos para mudar votos em plenário ou que o líder do Governo, na Câmara Carlos Sant'Anna, pressione os constituintes para sair do plenário, como vem fazendo, ou que não se adote a reforma agrária, como deseja o povo.

Para Nelson Friedrich (PMDB-PR), fraude é o Palácio do Planalto se intrometer na Constituinte desde o início, através de seu líder, ou o Presidente da República definir sozinho o tamanho de seu mandato e o Governo anunciar novo modelo de desenvolvimento do País, enquanto se escreve a nova Carta. Para ele, essa forma de antecipação é negativa, porque representa da parte do Governo a negação de sua transitoriedade. Por isso, acredita o deputado que a denúncia deveria ser ampliada, de forma a identificar todas as interferências indevidas. E Haroldo Sabóia (PMDB-MA) concentra suas críticas na figura do líder do Governo, que seria estranha num processo constituinte normal.

PRODASEN Onde técnicos manipulam a Constituinte

Alguns o chamam de "O Olimpo dos Deuses da Informática", mas nos últimos dias tem se transformado no "bunker Constituinte", como prefere chamar o deputado Adolpho de Oliveira (PL/RJ), por abrigar uma equipe de cerca de 40 assessores coordenados pelo relator Bernardo Cabral e seus relatores adjuntos no trabalho de sistematização do Projeto de Constituição. A verdade é que o Departamento de Processamento de Dados do Senado — Prodasen — passou a ser um dos alvos de muitas críticas, até mesmo de constituintes, pelo comportamento de técnicos e dirigentes do órgão na tentativa de isolar até fisicamente o seu prédio.

Apesar da colaboração ao trabalho de assessoria aos constituintes principalmente na catalogação de emendas e propostas constitucionais, a atribuição aos técnicos do Prodasen conferidas pelo relator Bernardo Cabral para que cuidassem da classificação entre as emendas apresentadas, separando quais seriam de mérito ou adequação, foi recebida com restrições por alguns constituintes.

Procurado com possíveis interferências no conteúdo do texto que venha a ser apresentado pelo relator, o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima, por exemplo, considera que "a classificação de emendas é um trabalho muito perigoso, e não deveria ser entregue a técnicos", mesmo supervisionados pelos relatores. Do mesmo raciocínio compartilha o líder do PDS, deputado Amaral Netto. "Isso é muito perigoso. Técnico é técnico e constituinte é constituinte. E se eles passarem a fazer a Constituição, estamos perdidos". Sem conhecimentos mais aprofundados sobre técnicas de processamentos dos dados em análise, às vezes os próprios parlamentares ficam à mercê do trabalho efetuado pelos profissionais do Prodasen.

Mas os reflexos do "fechamento" já conhecido no órgão, quem mais sente, são os profissionais da imprensa que cobrem o setor no dia-a-dia. Cansados de assistir aos procedimentos de bloqueios e limitação no Prodasen, os jornalistas credenciados pelas mesas da Câmara e Senado resolveram por fim pedir providências junto à direção do Congresso Nacional para que lhes seja garantido o acesso normal às instalações do órgão.

"Trata-se de garantir, no mínimo, a aceitação de nossas credenciais de jornalistas que são ignoradas por um serviço próprio de segurança montado na portaria do Prodasen" m diz o texto de um abaixo-assinado que já contém mais de 100 assinaturas dos jornalistas credenciados na Câmara e Senado. O texto diz ainda: "Não entendemos a razão de manter-se aquele órgão do Senado isolado até fisicamente das demais instalações do Congresso Nacional, desconhecendo as regras elementares que sempre nortearam as relações entre parlamentares e os jornalistas credenciados nas duas casas".

Obrigado a descer na marra o elevador que o conduziria para dentro das instalações do Prodasen, depois de brigar com os seguranças, o jornalista Henrique Gonzaga Júnior (Gougou), da TVS, disse que "se eles tirassem a portaria, com duas moedas semi-alfabetas protegidas por dois brutamontes armados, ia se chegar à convivência harmônica entre jornalistas e os parlamentares constituintes".

Como aconteceu de fato ninguém sabe

Medida legal ou manipulação? Até ontem à tarde, ninguém sabia dizer ao certo o que aconteceu. Sabe-se que a deputada Sandra Cavalcanti, ao constatar a modificação na definição de empresa nacional, teria procurado antes o deputado Bernardo Cabral, chamando a sua atenção para o fato de que a nova redação adotada pelo anteprojeto mudava o conteúdo do dispositivo. Comentou-se que Cabral teria concordado com suas colocações e telefonado para o Prodasen para que fosse adotada a redação aprovada na Comissão da Ordem Econômica. Se telefonou, ninguém sabe, mas o fato é que a redação não foi alterada.

Corria ontem a versão no Congresso de que, de madrugada, o senador Fernando Henrique foi alertado pelos seus assessores do incidente envolvendo a deputada, que teria ido pessoalmente ao Prodasen conferir o assunto. Fernan-

do Henrique teria então chamado outro relator adjunto, Nelson Jobim, e decidiram juntos manter a redação adotada inicialmente por Bernardo Cabral por sugestão do senador Virgílio Távora.

Sandra não se conformou, foi ao telejornal Bom Dia Brasil e denunciou o que seria uma fraude. A tarde, depois de novas conversas, ela foi procurar o senador Virgílio Távora para explicar que tudo foi um mal-entendido e que não teria criticado a definição por ele adotada mas reclamado do sigilo com que a operação foi feita, sem que os demais parlamentares dela tomassem conhecimento.

O fato, de qualquer forma, chamou a atenção para a possibilidade de haver manipulações dos textos da nova Carta. Ontem, foi a favor da empresa nacional. Amanhã, pode ser contra. Fica a suspeita e há precedente.

LEONARDO MOTA

O projeto Saulo

Palácio do Planalto chegou a redigir um anteprojeto para servir de alternativa à Constituinte. Não um projeto inteiro, versando sobre todos os temas abordados pela Comissão de Sistematização, mas um rol de sugestões a respeito de questões específicas consideradas esdrúxulas pelos observadores do Planalto. Essas formulações não foram encaminhadas ao relator-geral, nem é certo que serão. Constituem uma espécie de autodefesa institucional do Governo, que se determinou a opinar sobre os rumos da Constituinte através da disposição manifestada pelo presidente Sarney de também emitir suas opiniões como cidadão brasileiro.

O cidadão Saulo Ramos, Consultor-Geral da República, encarregou-se de burilar os textos alternativos do Palácio do Planalto, até aqui, ao que se sabe, para consumo interno do círculo mais chegado ao Presidente da República.

"OPERAÇÃO PENTE-FINO"

No gabinete presidencial, os pedidos de audiência têm sido centralizados no Gabinete Civil para impedir que a agenda do Presidente da República se transforme num grande comício de interesses. O Gabinete Civil está cuidando de polvilhar a agenda do Presidente com representantes de setores da sociedade civil, expressivos por sua própria natureza, e libertando-a do petítorio dos políticos e empresários. Em outra frente de trabalho, o Gabinete Civil cuida de realizar uma "operação pente-fino" nos textos governamentais que chegam à Presidência da República para decisão: o objetivo é separar o joio do trigo, passando-os por um crivo jurídico e político, antes que cheguem à mão do Chefe do Governo.

UMA PESQUISA COM O PRESIDENTE

Amigo do presidente Sarney, sem qualquer compromisso com o setor de comunicação do Governo (que baixou ao Incor) realizou, por conta própria, uma pesquisa junto a psicólogos de massas para averiguar quem é o homem brasileiro médio. O amigo do Presidente ofereceu-lhe os seguintes dados finais: o brasileiro (sexo masculino) é repressor, autoritário, conservador e machista. A mensagem política do Governo, por sua vez, está dirigida a um homem brasileiro liberal, tolerante, progressista e feminista: mas esse tipo não existe, segundo os psicólogos de massas consultados.

GASTONE POR PERTO

Em horas perdidas o deputado Gastone Righi é visto por perto do Palácio do Planalto. Estaria procurando limpar a imagem do chamado "PTB-Cobal". Para obter um acordo político melhor.

HÉLIO GARCIA REAPARECE

O ex-governador Hélio Garcia reapareceu ontem em Brasília, em grande estilo, em recepção na casa do jornalista Sérvulo Tavares ao deputado José Geraldo Ribeiro. Há quem diga que o ex-governador queria recriar o PP. Sem Afonso Carmo até que val bem.

JÂNIO BEM NAS PESQUISAS

Segundo impressões do sr. Augusto Marzagão, que visita Brasília, o prefeito Jânio Quadros vai muito bem nas pesquisas. Tem carisma, autoridade e cinismo — a combinação ideal para um País como o nosso.

COMO SE DEFINIU EMPRESA NACIONAL

Texto do relator da Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação rejeitado e, portanto, excluído do relatório inicial.	Art. 30 — E considerada nacional a empresa constituída no país, que nele tenha sede e centro de decisões, cujo controle acionário votante esteja permanentemente em poder de brasileiros.
Texto do relator da Comissão da Educação, Família, Ciência, Tecnologia e da Comunicação, que foi rejeitado na Comissão. (Não houve relatório final, cuja elaboração ficou a cargo do deputado Bernardo Cabral).	Artigo 29 — E considerada empresa nacional aquela constituída no País, que nele tenha a sua sede e cujo controle decisório e de capital esteja permanentemente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas residentes e domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno.
Texto aprovado pela Comissão da Ordem Econômica e que deu origem, segundo o relator Bernardo Cabral, ao artigo 307 do anteprojeto do relator agora em discussão.	Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle de capital esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno.
Texto do anteprojeto do relator que, em lugar de repetir o que foi aprovado na Comissão da Ordem Econômica, adotou a redação rejeitada pela Comissão da Família, Educação, Ciência e Tecnologia. Sandra Cavalcanti reclama que o relator deveria optar pelo texto aprovado e não por uma redação que foi rejeitada.	Art. 307 — Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital esteja em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidade de direito público interno.

Arinos só quer consenso

Pressionado por todos os lados, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, tem se mostrado aturdido e muito cansado por causa de todos os impasses e conflitos criados nos últimos dias na comissão que lhe cabe administrar. Mesmo participando de todas as reuniões de líderes realizadas nestes dois dias em busca de um acordo, ele tem tomado decisões e sido demovido delas logo a seguir. Para resolver a polêmica sobre a metodologia de análise das emendas, se limitou a encaminhar um ofício ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, abrindo um prazo até as 15 horas de hoje para que os parlamentares que se sentiram prejudicados possam contestar o trabalho de compatibilização das emendas.

Durante todo o dia, Afonso Arinos se negou a comentar as acusações da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), de que havia "má fé" entre os assessores que realizaram a classificação das emendas no Prodasen. "Ele quer se manter como um magistrado

dante desta polêmica. O que ele quer é que os líderes encontrem o consenso e lhe tragam", disse um de seus assessores. "Não quero comentar este assunto", repetiu ao longo do dia o senador, até mesmo depois da demorada reunião dos líderes da qual participou. "Não tenho nada a dizer, perguntem ao Covas, ele é que dirigiu os trabalhos".

RELATÓRIO

As indefinições sobre o acordo que permitiria a votação do projeto substitutivo de Constituição e as discussões sobre a validade dos trabalhos de classificação e aproveitamento das emendas provocaram atraso da publicação do relatório do relator Bernardo Cabral. Nem mesmo a apresentação do projeto pôde ser feita na reunião da Sistematização marcada para as 18h30m de ontem, porque ainda não havia sido distribuído aos constituintes o texto publicado. Apenas no final da tarde o relatório começou a ser rodado na gráfica do Senado, e as primeiras cópias só foram liberadas à noite.

Líderes não fecham acordo

O clima é de confusão geral na Comissão de Sistematização. Ontem uma nova tentativa de acordo sobre o esquema de votação do projeto de Constituição com as emendas, foi frustrada numa segunda rodada de negociações que envolveu todos os líderes de partidos com o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos. Assim, com a falta de consenso, todos os líderes voltam a se reunir hoje pela manhã para, de posse do texto adequado às emendas acatadas, ratificar o acordo no sentido de aprová-lo sem pedidos de destaque.

Na reunião de ontem, apenas os líderes do PTB, Gastoni Righi, e do PDS, Amaral Netto, se posicionaram contra o entendimento de se votar só o parecer do relator Bernardo Cabral sobre as 300 emendas consideradas de adequação, remetendo o projeto com as demais emendas de mérito diretamente para o plenário da Constituinte. Mas o líder do PMDB,

senador Fernando Henrique Cardoso, considerou ao final do encontro que o acordo já estava garantido. "Vamos nos reunir de novo para examinar o relatório e na reunião da Sistematização marcada para as 15 horas nos comprometemos todos a votar só o parecer do relator, sem destaques".

Alegando não poder decidir sobre a questão sem consultar sua bancada, o líder Amaral Netto, depois de mais de uma hora de discussão, abandonou a reunião criticando o acordo que se procurava firmar. "Com o argumento de que vão acelerar o processo constituinte, estão querendo capar quatro dias de discussão que considero importante. Sou absolutamente contra porque querem violar o regimento e quero ver como vão legalizar isso. Além do mais, os líderes não podem decidir pelos membros da Sistematização. Na Constituinte todos são autônomos, não existe lideranças".

Cardoso diz que não houve má-fé

Tempestade em copo d'água. Esta a explicação do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), para a dúvida surgida ontem em torno do conceito de empresa nacional que prevaleceu no projeto de Constituição. Após reunião à noite com o senador Fernando Henrique Cardoso, ele não quis falar e pediu ao líder do PMDB no Senado para receber a imprensa em seu nome.

Fernando Henrique Cardoso descartou qualquer possibilidade de haver ocorrido má-fé, apenas admitindo ser ténue a fronteira entre o que seja emenda de mérito ou de forma. Explicou que 30 assessores "da mais alta qualificação", da Câmara e do Senado, foram encarregados

de separar os dois grupos de emendas e que a própria autora da denúncia, deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), concordou que não teria havido má-fé.

Segundo o senador, o que ocorreu não foi a substituição de uma emenda aprovada por outra rejeitada. O relator Bernardo Cabral, como relator também da Comissão 8, de Ciência e Tecnologia, que não conciliou seu parecer, apenas teria usado de seu direito regimental, acatando proposta do senador Virgílio Távora (PDS/CE) e a compatibilizado com a aprovada pela Comissão 6, da Ordem Econômica. Távora, explicou Fernando Henrique, se baseara na Lei de Informática.

O líder do PMDB no Senado confirmou o acordo de liderança para que o proje-

to passe pelo plenário sem pedido de destaque. Desta forma, será votado apenas o projeto do relator Bernardo Cabral. Na reunião das lideranças, contudo, o deputado Amaral Netto (PDS/RJ), alegando não ser da Comissão de Sistematização nem estar autorizado para decidir pela bancada se retirou. No entanto, se alguém pedir destaque, avisou Fernando Henrique que os demais votarão contra, derrubando qualquer tentativa nesse sentido.

"É inútil entrar em discussão agora, porque em três dias o plenário vai apresentar novas emendas de mérito", observou o senador considerando que o desgaste não teria sentido. Com o acordo, ganha-se tempo.